

ESPECIAL

Rios e afluentes de Tangará estão em situação degradante

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Hoje, dia 22 de março, data em que é comemorado o Dia Mundial da Água, o jornal Diário da Serra traz como tema na última publicação da série especial 'Água e Meio Ambiente' um dos principais elementos responsáveis pela natureza: os rios. Apesar de Tangará da Serra ser um município conhecido pelas belas paisagens turísticas- especialmente quando se trata de aventuras aquáticas, o cenário atual dos rios e seus afluentes na cidade não são tão agradáveis. De

acordo com a presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba, professora Edenir Maria Serigatto, os rios do município encontram-se em situação extremamente degradante.

“Infelizmente a situação é essa porque a maioria deles [rios] estão em áreas de pastagem ou lavoura. Os que estão dentro de pastagens encontram-se mais degradados ainda, porque o gado se aproxima muito de toda a margem”, avaliou a professora, destacando que apesar da situação dos rios tangaraenses ser caótica, o atual nível de água está melhor do que o ano passado gra-

ças as constantes chuvas, o que não significa uma recuperação efetiva. “Estamos com uma quantidade boa de água nos rios. Pelo menos o Queima- Pé está com um nível muito bom. Agora, se ele vai manter esse nível no período de seca que virá, não temos como calcular. Não podemos falar que vai faltar água porque não sabemos como será o comportamento”, afirmou a responsável.

Vale lembrar que os rios Bezerro Vermelho, São José, Estopa, Rio Sapo e Queima-Pé são os maiores de Tangará da Serra, sendo que todos desaguardam no Rio Sepotuba.



Rio do Sapo é um dos maiores de Tangará da Serra

ATUAÇÃO



Órgão tem sete anos de funcionamento na cidade

CBH do Rio Sepotuba atua desde 2010 em Tangará

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Com a finalidade de dirimir os conflitos e emitir parecer sobre projetos de empreendimentos a serem instalados na região, o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Sepotuba atua em Tangará da Serra desde o ano de 2010, exercendo importantes análises em prol do meio ambiente. Segundo a presidente do Comitê, professora Edenir Serigatto, o órgão é constituído por representantes do poder público e sociedade civil. “Qualquer empreendimento que de alguma forma vai utilizar a água ou jogar algum influente no rio, tem que passar pelo comitê para a emissão

do parecer”, afirmou a presidente, explicando ainda que, não é o Comitê que aprova ou desaprova o projeto do empreendimento, mas que realiza os questionamentos e análises necessárias. “O parecer é avaliado de uma forma em que se leva em consideração o respeito ambiental e social. As vezes a gente é julgado no sentido de dizerem que a única coisa que argumentamos diz respeito a norma ambiental, mas esse quesito é muito grande e importante, pois afinal de contas o meio ambiente não tem voz, então quem tem que representá-lo são essas pessoas. Temos a função de olhar com os olhos do meio ambiente”, enfatizou a professora.

'ÁGUA E MEIO AMBIENTE'

“As pessoas sabem que precisam proteger”, diz professora



Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba, professora Edenir Serigatto

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

“A realidade é uma tristeza. Não tem porque o meio ambiente receber a carga de lixo que recebe, principalmente aqui em nossa cidade onde temos o recicla e o aterro sanitário. As pessoas sabem que precisam reflorestar e proteger, mas não fazem”, avaliou a presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Sepotuba, professora Edenir Maria Serigatto, ao afirmar que parte da população tem grande contribuição para a recuperação dos rios e

consequentemente no aumento da qualidade da vida.

“Geralmente as pessoas vão em áreas da natureza onde tem acesso livre para momentos de lazer, mas deixam o lixo lá. Será que a mesma vasilha que trouxe o material não pode levar de volta e jogar no local adequado?”, questionou Edenir.

Se tratando dos espaços privados onde existem as Áreas de Preservação Ambiental (App's), a responsável afirmou que mesmo com a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), falta uma fisca-

lização eficiente para fortalecer a preservação da natureza. “O próprio CAR determina no momento do cadastro quais são as providências que têm que serem tomadas e geralmente se dá um prazo de cinco anos para que sejam feitas. Contudo, existem muitas propriedades que já passaram desse prazo e não fizeram nada que foi exigido, justamente porque não tem uma fiscalização para ir em todos os locais”, explicou a responsável.

“É fato que na situação atual fica caro economicamente falando fazer o reflorestamento,

mas a questão é justamente essa. Se você não começar a fazer pelo menos aos poucos, nunca vai acontecer uma recuperação ambiental. Por exemplo, as áreas que tem gado devem ter cercado e depois ser realizado um plantio para reflorestar. Porém as vezes só de fazer a cerca, o próprio meio ambiente faz a regeneração natural. As pessoas acham que por não conseguir fazer todo o procedimento de uma vez, não podem pelo menos iniciar esse processo de recuperação, que é tão importante para nós e para as futuras gerações”, emendou.